

A FORMAÇÃO  
DA ELITE  
COLONIAL  
NO BRASIL  
*(de 1530 a 1630)*

“Não sei por que princípio, ou que razão pode haver entre as conquistas destas duas Índias Orientais e Ocidentais, que o prêmio que se deu aos conquistadores de umas foi o trabalho de conquistar as outras”, FREI JABOATÃO<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> JABOATÃO, A. de S. M., *Novo Orbe Seráfico* (1761), 2<sup>a</sup> ed., 2 partes em 3 vols. Rio de Janeiro: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, 1858, vol. 1, p. 134.

## APRESENTAÇÃO

Desde que pensadores da década de 1930 refletiram sobre as diferenças da inserção das regiões da América no processo capitalista, tornou-se praxe pensar as colonizações inglesa e ibérica a partir dos modelos de exploração e de povoamento<sup>1</sup>. No caso do Brasil, a forma dominante, baseada na grande lavoura de exportação e no escravismo, fez com que o foco da exploração fosse o mais usual, permitindo sem dúvida entender as linhas mais gerais da economia nos primeiros trezentos anos de nossa história.

O papel proeminente de uma elite colonial residente, porém, sempre esteve claro nas considerações dos autores. Função patriarcal, para Gilberto Freyre, em parte endossada por Caio Prado Jr.<sup>2</sup>. Características feudais da colonização, antes apontadas por Varnhagen e Capistrano<sup>3</sup>, foram realçadas por Nestor Duarte que destacou esse papel do privado na articulação dos colonos com a Coroa<sup>4</sup>.

---

<sup>1</sup> Essas categorias basearam-se nas formulações de Leroy-Beaulieu (*De la Colonization chez les Peuples Modernes*. Paris: Guillaumin et cie, 1874), e foram utilizadas por Caio Prado Júnior em *Evolução Política do Brasil*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1933; por Gilberto Freyre em *Casa Grande & Senzala*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 1933; e por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936. A ótica foi retomada por Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958; e por Fernando Antonio Novais em *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1979.

<sup>2</sup> FREYRE, G., *Op. cit.*; PRADO JR., C., *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Martins, 1942.

<sup>3</sup> VARNHAGEN, F. A. de, *História Geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal* (1854), 5<sup>a</sup> ed. São Paulo: Melhoramentos, 1956; ABREU, C. de, *Capítulos de História Colonial (1500-1800)* (1907), 2<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Sociedade Capistrano de Abreu, 1934.

<sup>4</sup> DUARTE, N., *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*, 2<sup>a</sup> ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1966 (1939).

Raymundo Faoro, ao final da década de 1950, a partir de uma análise weberiana, tomou o patrimonialismo como elemento fundante da relação entre as elites e a Coroa portuguesa<sup>5</sup>. Mais tarde, com Evaldo Cabral de Mello, a açucarocracia pernambucana saía do complexo da Casa Grande & Senzala e exercia papel preponderante na negociação de espaços políticos com a Coroa portuguesa<sup>6</sup>. Florestan Fernandes, em trabalho de síntese, apontou, além dessa relação política, a articulação genética entre a Monarquia Portuguesa e seus vassalos na construção do Império. No Brasil, o manejo da dominação nos planos econômico e político-militar, dependeu da presença de vassalos residentes, face visível da Metrópole, que, em troca de benefícios no jogo patrimonialista de honras e mercês, levaram a cabo a empreitada colonial<sup>7</sup>.

Nos anos noventa, na ótica da desconstrução do papel do Estado, estudos que renovaram a história política incidiram sua atenção para o papel das elites coloniais, sublinhando o espaço de autonomia e quase independência desses grupos nos espaços imperiais portugueses. Essa atomização da análise destacou os mecanismos locais de exploração, a formação de redes mercantis e de poder que se movimentavam dentro das diversas partes do Império, deixando de lado os estudos sistêmicos da colonização<sup>8</sup>.

Tomando os primeiros cem anos de ocupação efetiva do Brasil, entre 1530 e 1630, Rodrigo Ricupero mostra, em minuciosa pesquisa empírica, os mecanismos de montagem da exploração, que, embora não

<sup>5</sup> FAORO, R., *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*, 2 vols., 9<sup>a</sup> ed. São Paulo: Globo, 1991 (1<sup>a</sup> ed. 1958).

<sup>6</sup> MELLO, E. C. de, *Olinda Restaurada*. Rio de Janeiro: Forense, 1975; MELLO, E. C. de, *Rubro Veio: o imaginário da restauração pernambucana*. São Paulo: Alameda, 2008.

<sup>7</sup> FERNANDES, F., *Circuito Fechado*. São Paulo: Hucitec, 1978. Para o autor, tratava-se de “Coroa pobre, mas ambiciosa em seus empreendimentos, [e que] procura apoio nos vassalos, vinculando-os aos seus objetivos e enquadrando-os às malhas das estruturas de poder e à burocracia do estado patrimonial”, assim “[...] sem essa associação [entre a Coroa e os colonos] não haveria nem império colonial português nem economia de plantação no Brasil [...]”. “O colono de *status* senhorial não só era o vassalo e o representante da Coroa na Colônia: ele era, simultaneamente, a base material visível e a mão armada invisível da existência do Império Colonial” (p. 34 e 44).

<sup>8</sup> FRAGOSO, J.; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. de F., *O Antigo Regime nos Trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; BICALHO, M; F., *Elites coloniais: a nobreza da terra e o governo das conquistas. História e historiografia*, In: MONTEIRO, N.; CADIM, P.; CUNHA, M. S. da (orgs.), *Optima Pars: elites ibero-americanas do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais, 2005.

planejada pela Coroa portuguesa, efetivaram as estruturas e dinâmicas de um verdadeiro Sistema Colonial a partir de meados do século XVII. Ao mesmo tempo em que sobreleva o papel dos colonos, desvenda a relação íntima e tensa entre a Coroa e esses vassallos. A análise da ocupação dos domínios de Portugal na América ganha complexidade e especificidade através da articulação entre povoamento, defesa, produção e administração, na origem do poder dos primeiros colonizadores. Ultrapassando a rígida categorização povoamento/exploração, o estudo destaca o papel da fixação de populações desde o século XVI, indicando, nessa especificidade, os elementos de formação dos grupos dominantes. Ancorados na tríade terra, trabalho e poder, os colonos-colonizadores constituíram-se em agentes da dominação portuguesa: ocupando cargos, participando da conquista e defesa do território, usufruindo, em troca, da concessão de terras, do trabalho do indígena e da interlocução privilegiada com a Monarquia<sup>9</sup>. Essa verdadeira “acumulação primitiva colonial”, baseada na obtenção de sesmarias, na escravidão dos indígenas, na resistência e negociação com a Coroa, construiu na prática um sistema de colonização, cujas possibilidades de lucro comercial atraíram os interesses de outras potências europeias.

Neste livro, avançando na perspectiva do Antigo Sistema Colonial, o autor dissecou seus processos de montagem e consolidação, desvendando seus agentes e indicando temporalidades e espacialidades da colonização. O amplo e diversificado corpo documental, que inclui arquivos europeus e brasileiros, cronistas, legislação, correspondências e regimentos, revela em minúcias a formação e consolidação da elite colonial e os nexos, no caso do Brasil, entre a necessidade de estabelecimento de colonos, defesa e a exploração mercantil. O diálogo erudito e aprofundado com a historiografia, por sua vez, conduziu a longa pesquisa, pautada na discussão e revisão de conceitos e permitiu a fluidez do relato, dentro de perspectivas teóricas sólidas e fundamentadas. Apresenta, assim, uma análise de conjunto, nuançando as visões dogmáticas que reduzem o processo de colonização à exploração, ao papel do Estado mercantilista ou à subjetividade dos agentes coloniais.

Destaque-se na elaboração deste trabalho o diálogo com os pesquisadores da Cátedra Jaime Cortesão, junto ao Projeto Temático FAPESP

---

<sup>9</sup> FERLINI, V. L. A., *Terra, Trabalho e Poder*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

Dimensões do Império Português. Nestes anos de orientação e de convívio intelectual, beneficiei-me da pesquisa e reflexão de Rodrigo Ricupero, retomando antigas perspectivas de pesquisa, avançando em novas análises, revendo conceitos e incorporando abordagens.

VERA FERLINI

# SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	7
--------------------	---

INTRODUÇÃO .....	13
------------------	----

## PARTE I – HONRAS E MERCÊS

1. PRÊMIO E CASTIGO .....	37
A Justiça Distributiva .....	37
A Monarquia Patrimonialista .....	48
2. SERVIÇOS E RECOMPENSAS .....	61
As Promessas e as Negociações .....	61
Os Trabalhos e os Pedidos .....	78
As Retribuições e as Queixas .....	93

## PARTE II – CONQUISTA E GOVERNO

3. CONQUISTA E FIXAÇÃO .....	103
A Ocupação Inicial .....	103
A Criação do Governo Geral .....	114
Defesa, Povoamento e Economia .....	128
4. A ADMINISTRAÇÃO COLONIAL .....	141
O Governo da Colônia .....	141
A Montagem da Administração .....	150
O Papel da Coroa .....	164

5. OS AGENTES DA COROA .....	169
Os Provimentos .....	169
As Redes Clientelares e Familiares .....	181

PARTE III – TERRA, TRABALHO E PODER

6. GOVERNO E PATRIMÔNIO .....	195
As Exigências e as Vantagens do Cargo .....	195
A Distribuição das Sesmarias.....	208
Uso e Abuso do Poder .....	216
7. A MÃO DE OBRA INDÍGENA .....	233
A Exploração do Trabalho Indígena .....	233
Legislação e Prática até Fins do Século XVI.....	247
As Novas Leis e a “Administração” dos Indígenas.....	259
8. O PATRIMÔNIO FUNDIÁRIO (I) .....	277
A Conquista da Terra.....	277
A Capitania da Bahia de Todos os Santos.....	283
As Capitanias do Centro-sul.....	304
9. O PATRIMÔNIO FUNDIÁRIO (II) .....	321
Pernambuco e Itamaracá.....	321
As Novas Conquistas: Paraíba e Sergipe.....	347
A Costa Leste-oeste .....	357
CONCLUSÃO.....	365
FONTES E REFERÊNCIAS .....	367